

ISSN 2177-7365

BOLETIM
MUSEU
HISTÓRICO
DE LONDRINA

09

2013

ISSN 2177-7365

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

BOLETIM
MUSEU
HISTÓRICO
DE LONDRINA

09

BOLETIM MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, Londrina, v.5 n.9 jul/dez 2013



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Reitora

Profª Drª Nádina Aparecida Moreno

Vice-Reitora

Profª Drª Berenice Quinzani Jordão

Diretora do Museu

Profª Drª Regina Célia Alegro

Coordenação Geral

Profª Drª Regina Célia Alegro

Editores

Profª Drª Regina Célia Alegro
Rosângela Ricieri Haddad

Foto capa

Rui Cabral
Acervo MHL

Comissão executiva

Barbara Daher Belinati
Célia Rodrigues de Oliveira
Ruth Hiromi Shigaki Ueda

Foto Contra capa

Foto Rui Cabral e Amauri Ramos da Silva
Acervo MHL

Revisão texto

Projeto Disque-gramática/UEL

Impressão Midiograf

Fonte: Garamond

Projeto Gráfico e Editoração

Eder Vassoler

Todos os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo ao Museu Histórico de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (PIB)

Boletim Museu Histórico de Londrina / Universidade Estadual de Londrina.

Museu Histórico de Londrina. – Londrina: Universidade Estadual de
Londrina, v.1 n.1, jul/dez. 2009-

Semestral

ISSN 2177-7365

1. Museologia – Periódicos. 2. Londrina – História. 3. Universidade
Estadual de Londrina. 4. Museu Histórico Londrina.

CDU 069:981.622

SUMÁRIO

Apresentação

Regina Célia Alegro05

1. Projeto

1.1. Implantação de sistema de segurança e monitoramento
no Museu Histórico de Londrina06

2. Exposição

2.1. Jardim do Museu Histórico de Londrina
Ana Odete Santos Vieira07

3. Artigos

3.1. Os povos indígenas na Bacia do Tibagi
Kimiye Tommasino10

3.2. O público infantil visita o Museu
Priscila Rosalen Pasetto de Almeida
Taiane Vanessa da Silva.....23

3.3. Patrimônios culturais e naturais na Alemanha
Sylvia Ewel Lenz.....27

4. Entrevista

4.1. Genilda Maria Rodrigues.....32

5. ASAM.....34

A nona edição do Boletim Museu Histórico de Londrina vem reafirmar o compromisso do Museu com a preservação do patrimônio, a difusão da memória e da cultura histórica destacando Londrina e Região. Nesse sentido, como museu universitário, busca permanentemente constituir-se como espaço de ensino, pesquisa e extensão. E servir à comunidade acolhendo e dialogando com os seus movimentos culturais, promovendo a reflexão sobre o vivido.

Confirmando esse propósito apresenta o artigo da antropóloga Kimiye Tommasino sobre formas e conteúdos das relações estabelecidas entre as sociedades indígenas e os colonizadores no Paraná. Seus estudos foram fundamentais para a concepção da exposição Povos Indígenas no Norte do Paraná, encerrada em setembro passado.

A historiadora Sylvia Ewel Lenz contribui para a nossa reflexão ao discorrer sobre Patrimônios Culturais e Naturais na Alemanha. Lenz conhece muito bem a história da Alemanha e o patrimônio histórico alemão que é, em grande parte, patrimônio histórico mundial.

Priscila Rosalen Pasetto de Almeida e Taiane Vanessa da Silva, bolsistas no Museu Histórico de Londrina, refletem sobre a própria experiência em O Público Infantil Visita o Museu. Elas participam dos esforços em favor da ação educativa museal e pensam o pequeno visitante como construtor de significados e sentidos.

Ana Odete Santos Vieira trata da Exposição Jardim do Museu Histórico de Londrina. O processo de musealização do jardim do Museu foi amparado pelas ações do programa de formação complementar Levantamento florístico e planejamento paisagístico do campus da Universidade Estadual de Londrina, que envolve vários cursos da UEL. A primeira visita guiada ao Circuito a Céu Aberto: o jardim do Museu Histórico aconteceu como parte dos festejos do aniversário do Museu.

Nesse semestre foi executado o Projeto Implantação de Sistema de Segurança e Monitoramento no Museu Histórico de Londrina. O projeto conta com o financiamento do Programa Caixa Cultural e visa a instalação de um sistema de câmeras de vídeo, portão eletrônico, ilha de segurança, alarme contra intrusão e detector de incêndio, para garantir a integridade do acervo museológico.

Outras ações marcam esse semestre: os festejos do Dia do Pioneiro contou com Coral Tempos Dourados (UEL) e o lançamento do livro Memórias Fotográficas: a fotografia e fragmentos da história de Londrina, de Paulo César Boni, Rosana Reineri Unfried e Omeletino Benatto. A Semana Primavera dos Museus trouxe a Londrina, Margarete Moraes, chefe da representação sul do Ministério da Cultura, e Raphael Hallack Fabrino, gerente de Identificação no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. O Museu recebeu ainda o geólogo e espeleólogo Ângelo Spoladore (UEL), a arqueóloga Cláudia Parellada (Museu Paranaense), a antropóloga Kimiye Tommasino, o maestro José Mário Tomal e o Coral da PADO, Cláudia Castro de Araujo, Museóloga (Museu da Vida – FIOCRUZ/RJ) e Marília Xavier Cury (MAE-USP).

Enfim, o Museu Histórico reafirma seu propósito de atuar em permanente diálogo com a comunidade local e ao seu serviço.

Prof^a Dr^a Regina Célia Alegro
Diretora do Museu Histórico de Londrina

1.1. IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO NO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

Esse projeto visa garantir a execução de itens relevantes do Plano de Segurança para o Museu Histórico em vista da preservação, conservação e segurança do acervo, do prédio e dos visitantes e funcionários. Além disso, um adequado sistema de segurança é condição fundamental para a recepção de importantes coleções e exposições.

Hoje, o debate sobre a segurança em museus é uma questão fundamental e produz-se a partir de diferentes enfoques e experiências envolvendo profissionais de áreas variadas. Uma das questões refere-se ao modo como uma instituição museal é administrada e à ética no trato com o acervo. O Museu Histórico de Londrina desenvolve continuamente ações de conservação e segurança, porém as áreas de tensão ainda ameaçam a coleção em caso de incêndio, além de demandarem barreira contra furtos e danos ao patrimônio. Assim, investir em segurança (contra incêndio, intrusão e roubo) significa preservar o patrimônio e evitar gastar recursos duplamente para recuperar objetos danificados ou subtraídos.

O projeto prevê:

1. O sistema de câmeras de vídeo envolve a visualização em tempo real onde alarmes são acionados e a gravação de cenas e movimentos a serem armazenadas na memória do computador estendendo o raio de observação da equipe de vigilância e auxiliando na prevenção e investigação de crimes e roubos.

2. A ilha de segurança compõe-se de uma sala para o armazenamento das centrais e dos monitores e equipamentos de armazenamento de imagens, da central de alarmes e de combate a incêndios.

3. Detector de intrusão e alarme. Sensor de contato magnético em janelas, portas e vitrines com funcionamento por meio de contato fechado entre dois dispositivos de modo a denunciar a abertura não autorizada de portas, janelas e vitrines (pelo acionamento do alarme).

4. Instalação de portão eletrônico com uso de cartão magnético para uso de funcionários e guarita eletrônica com interfone ligado à secretaria do Museu para o controle efetivo de acesso de pessoas e veículos de serviços.

5. Detector de incêndio prevendo uma central de controle de incêndio integrada à central de controle de vigilância com aparelhos de detecção por sistema eletrônico no teto. Trata-se de detector iônico de fumaça por possuir a vantagem de detectar o princípio do incêndio, antes mesmo do aparecimento das chamas.

O projeto conta com o apoio do Programa CAIXA de Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro - Caixa Cultural. Esse programa tem por objetivo selecionar e patrocinar entidades de direito público ou privado, sem fins lucrativos, com atuação pública, detentora de acervos de relevância nacional e/ou regional, que estejam habilitadas a desenvolver ações localizadas de guarda e exposição desses acervos à sociedade.

2.1 JARDIM DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

Ana Odete Santos Vieira *

Resumo: O jardim do Museu Histórico de Londrina, foi elencado dentro do Programa de formação complementar “Levantamento florístico e planejamento paisagístico do campus da Universidade Estadual de Londrina” como uma área de estudo, visando produzir material de divulgação com informações sobre as plantas cultivadas para a comunidade.

Palavras-chave: Plantas - conservação; Herbário FUEL.

A Estratégia Global para a Conservação de Plantas (Global Strategy for Plant Conservation, GSPC) é um programa da Convenção sobre Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas. A GSPC procura diminuir o ritmo de extinção de plantas em todo o mundo, com objetivos estabelecidos para dez anos. Desde 2000, promover a educação e a conscientização sobre a diversidade de plantas e a capacitação para a sua conservação estão entre estes objetivos (Secretaria da Convenção sobre Diversidade Biológica, 2006; GSPC, 2013). Desta forma, docentes e discentes que atuam no Herbário da Universidade Estadual de Londrina, investem em projetos que visam registrar espécimes e informações sobre a flora brasileira, bem como sobre espécies cultivadas no Paraná, capacitando profissionais para o estudo e a conservação da biodiversidade (INCT HVFFB, 2013).

O campus da Universidade Estadual de Londrina (município de Londrina, Paraná) foi projetado e implantado em 1970, com uma área inicial de cerca de 110 ha, situada na região sudoeste da cidade, às margens do ribeirão Esperança. A Universidade engloba outras áreas no município, onde se instalam diferentes estruturas universitárias, como por exemplo, o Museu Histórico de Londrina. A área do município de Londrina era ocupada pela Floresta Estacional Semidecidual, que no *campus* foi substituída por cafezais, com alguns indivíduos desenvolvidos de perobas-rosa e figueiras, remanescentes desta floresta original. Assim, a paisagem do município foi alterada pela substituição da floresta por construções, rede elétrica, sistemas viários e cultivos, sendo que na área do *campus* predominavam os cafezais. A instalação do *campus* levou à introdução de novas espécies por plantio, para substituição dos cafezais retirados, que, juntas com a dispersão natural, por animais ou pelo vento, de propágulos de fragmentos florestais vizinhos, deram origem à flora que temos hoje no *campus*. Estas ações ocorreram sem projeto ou planejamento paisagístico e esta ausência de plano de ocupação e preservação das áreas verdes do campus da UEL foi a principal motivação para a execução deste programa

*Drª em Biologia Animal e Vegetal /UNICAMP e Profª Depto BAV - UEL.

de formação complementar “Levantamento florístico e planejamento paisagístico do *campus* da Universidade Estadual de Londrina”. Este programa iniciado em 2010 agrega docentes de diferentes departamentos e discentes de graduação de Ciências Biológicas, Agronomia e Arquitetura.

O Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss está instalado em edifício reformado da Estação Ferroviária de Londrina (SILVA, 2012). A área do Jardim do Museu Histórico de Londrina foi desenvolvida no contexto do projeto “Memória Viva” (1999-2001) com a coordenação de Sérgio L. C. Carvalho e Miriam Prandini. Do espaço da frente do edifício ocorreu a retirada de mais de 800 caminhões de terra, e foi instalada uma grade de proteção, criando o espaço do jardim. O projeto inicial previa que um das riquezas de Londrina, o café, estivesse representada no cafezal e um pequeno terreiro de secagem. Na fase de composição do jardim, procuram-se plantas que lembrassem as diferentes etnias, que vieram a compor a população londrinense, como cipreste-italiano, cerejeira-do-japão, tamareira-do-oriente. Desde a abertura do museu à população, o jardim sofreu mudanças: plantas não sobreviveram e novas espécies foram cultivadas.

O desenvolvimento de um segundo projeto “Prodôcência: enfrentando os desafios das licenciaturas na formação inicial e continuada de professores: a inclusão em debate”, que integra docentes de diferentes cursos de licenciaturas (2011-2013), permitiu o contato com as atividades executadas no Museu Histórico e a possibilidade de integrar as metas dos dois projetos. Desta forma, foi prevista a identificação das plantas do jardim e seu mapeamento, visando a confecção de um folder de apoio aos visitantes, com a planta baixa do jardim.

Foram identificadas prioritariamente as espécies arbóreo-arbustivas, sendo reconhecidas 30 espécies de 20 famílias de angiospermas e gimnospermas. A Floresta Estacional Semidecidual desta região está representada pelo palmiteiro (*Enterpe edulis* Mart.) e pela peroba-rosa (*Aspidosperma polyneurum* Müll. Arg. e a Floresta Ombrófila Mista, que ocupa o centro-sul do estado, pela erva-mate (*Ilex brasiliensis* A.St.-Hil.) (DIAS *et al.* 2002). Também registra-se a presença do ipê-marelo (*Handroanthus chrysotrichus* (Mart. ex DC.) Mattos, considerada um das espécies símbolo da flora brasileira.

Entre as árvores do pequeno bosque formado, pode ser ressaltada a presença de ingás. Este gênero de leguminosas, com mais de 300 espécies, ocorrendo do México ao Uruguai, tem sido utilizado pelos seus frutos comestíveis, copa para sombreamento de culturas e lenha, desde os tempos pré-colombianos (PENNINGTON, 1997). O nome “Ingá” se originou do termo tupi *in-gá*, que parece significar “embebido, empapado, ensopado”, devido talvez à consistência da polpa aquosa que envolve as sementes (FERREIRA, 1986), e o nome científico deste gênero (*Inga*) faz referência a este nome vernáculo. Como existiu na proposta inicial do Jardim, a idéia de cultivar espécies que representasse as diferentes etnias que migraram para Londrina, podemos propor que a presença destas árvores sejam consideradas como a representação dos povos indígenas que ocupavam a Região Sul do Brasil e ainda habitam nesta região.

Alguns dos indivíduos de cada espécie receberam placas de identificação e ocorreu a instalação de jardineiras ao longo da plataforma e de mudas de orquídeas nas

árvores do bosque, colorindo o ambiente. Para cada espécie de árvore foi produzida uma descrição com seus nomes vernáculos ou populares, científicos, características morfológicas, origem geográfica e utilidades, acompanhada de imagens em diferentes estações do ano. Este material também deverá ficar disponível aos visitantes, através de meio digital, na própria página do Museu.

A integração destes projetos permitiu a musealização do Jardim, de forma a contribuir com o reconhecimento das plantas existentes, com a divulgação de informações sobre elas e com seu planejamento paisagístico, para que ele seja usufruído por toda a população, não só por sua beleza cênica, mas também para ampliar o conhecimento sobre plantas, visando a sua conservação.

BIBLIOGRAFIA

DIAS, M.C.; VIEIRA, A.O.S. & M.R.C. PAIVA. 2002. Florística e fitossociologia das espécies arbóreas das florestas da bacia do Rio Tibagi. In: Medri, M.E.; Bianchini, E.; Shibatta O.A. & Pimenta, J.A. (eds.). **A bacia do Rio Tibagi**. Londrina, PR, UEL/Copati/Klabin.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Segunda edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. pp.945-946

GSPC - *Global Strategy for Plant Conservation*. 2013. <http://www.cbd.int/gspc/default.shtml>. (acesso em 19 de setembro de 2013) .

INCT – HVFFB. 2013. *Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Herbario Virtual da Flora e dos Fungos do Brasil*. Herbario da Universidade Estadual de Londrina. <http://inct.florabrasil.net/en/participantes/herbarios-curadores/fuel/> (acesso em 19 de setembro de 2013).

PENNINGTON, T.D. 1997. *The genus Inga. Botany*. The Royal Botanic Gardens, Kew. 844p.

SECRETARIA DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. 2006. *Estratégia Global para a Conservação de Plantas*. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Jardins Botânicos, Instituto de pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, BGCI. 14p.

SILVA, P.P. 2012. Um pouco de história..O edifício da Estação Ferroviária de Londrina, sede do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss – 1946-1986. *Boletim Museu Histórico de Londrina*. v. 3 n. 6:32-37.

3.1. OS POVOS INDÍGENAS NA BACIA DO TIBAGI

Kimiye Tommasino*

Resumo: *A historicidade/etnicidade Kaingang permite uma outra compreensão da sociedade paranaense e a real natureza do processo de colonização ocorrido neste século, colonização essa feita invariavelmente sobre territórios indígenas*

Palavras-chave: *Kaingang; Guarani; Indígenas; Bacia Tibagi.*

Introdução

Falar da ocupação humana na bacia do Tibagi nos remete, necessariamente, a falar das evidências arqueológicas que atestam a presença de povos caçadores-coletores pois, conforme Noelli (1993), a bibliografia arqueológica atesta o povoamento por vários grupos humanos entre os rios Piquiri, Paraná, Paranapanema e Tibagi ao longo dos últimos 7 mil anos. Em outras regiões do atual Estado do Paraná há evidências arqueológicas que remontam cerca de 10 mil anos AP (a partir do presente).

No entanto, para os propósitos desta publicação, pretendemos apresentar as ocupações indígenas do século XVI em diante, a partir dos registros históricos dos 500 anos da invenção do Brasil.

Os povos indígenas que hoje vivem na bacia do Tibagi pertencem às etnias Kaingang e Guarani. Há um Xetá com seus descendentes e alguns Xokleng provenientes de Santa Catarina.

Nos séculos XVI e XVII a bacia do Tibagi apresentava uma população majoritariamente Guarani, sendo que os ascendentes dos atuais Kaingang se encontravam mais próximos do litoral com alguns grupos dispersos no interior.

Com a constituição das reduções jesuíticas, grande parte das populações, incluindo os ancestrais dos Kaingang, foram catequizados pelos missionários espanhóis e tiveram suas primeiras experiências de contato com os europeus. No Paraná, a partir de 1610, foram fundadas 13 reduções às margens dos rios Paranapanema, Tibagi, Piquiri, Ivaí e Pirapó.

Os bandeirantes paulistas atacaram essas reduções em 1628 e 1629. Destruíram as reduções, mataram centenas de índios e levaram milhares como escravos para o mercado de escravos paulista. Os missionários, principalmente das missões Loreto e Santo Inácio Mini, as únicas que não foram saqueadas, retiraram-se para o sul, levando muitos índios, fundando novas reduções na região conhecidas como Tape, hoje parte do Estado do Rio Grande do Sul. Mais tarde também foram destruídas pelos bandeirantes paulistas.

Apesar da maioria dos historiadores afirmarem que depois da destruição das

*Profª Drª pela USP em Antropologia Social

reduções as terras paranaenses ficaram vazias, o fato é que muitos grupos permaneceram na região, tanto os Guarani que não aceitaram a redução como outras etnias inclusive os antepassados dos atuais Kaingang.

Se no período das reduções o grupo dominante na bacia do Tibagi era o Guarani, após a destruição das mesmas, houve uma expansão dos Kaingang que viviam mais a leste, os quais, fugindo dos conquistadores portugueses, foram se instalando nas regiões das reduções abandonadas pelos Guarani que fugiram para o Tape. Entretanto, há registros históricos da presença Guarani e Xetá no Paraná nos séculos seguintes até os dias atuais.

Pode-se, portanto, afirmar que quando chegaram os primeiros colonizadores, as terras do Tibagi tinham sido sítios de assentamentos de muitos grupos indígenas e no século XIX e XX quando os europeus e seus descendentes conquistaram as terras, aqui encontraram dezenas de sociedades indígenas vivendo segundo padrões próprios de socialização da natureza e modos específicos de sociabilidade.

Hoje vivem na bacia do Tibagi cerca de 2 mil Kaingang. No município de São Jerônimo da Serra vivem ainda 200 Guarani que são parentes de outros grupos que vivem nas bacias do Laranjinha e Cinzas, num total de 450 pessoas.

Neste trabalho falaremos dos grupos Kaingang que se distribuem entre os municípios de São Jerônimo da Serra, Tamarana e Ortigueira. Todas as aldeias estão ligadas pelo parentesco e aliança política e formam uma rede de sociabilidade que configura uma unidade sociopolítica. Em outras palavras, a bacia do Tibagi abriga hoje cinco grupos locais da nação kaingang e três grupos locais da nação guarani.

Os Kaingang e os Guarani constituem as grandes nações indígenas do país. Os Guarani, só no Brasil são 30 mil além dos que vivem no Paraguai, Argentina e Bolívia. Estão distribuídos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Os Kaingang vivem nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Breve Histórico sobre os Índios no Paraná

No Paraná vivem hoje mais de 10 mil índios¹. A grande maioria pertence ao grupo étnico Kaingang, povo de língua Jê e em menor número, o grupo étnico Guarani, dos subgrupos Nandeva, Mbyá e Kayoá. Há também alguns remanescentes dos Xetá, cerca de uma dezena de indivíduos e alguns Xokleng que têm vindo viver nas AIs dos Kaingang².

Os Tupi que viviam no litoral paranaense no século XVI, conhecidos na historiografia como Cários ou Carijós, foram exterminados ou levados como escravos para o Rio de Janeiro e São Vicente.

As histórias ameríndias que se desenrolavam no continente sofreram uma alteração radical com a chegada dos invasores europeus. Em primeiro lugar, porque vieram com o objetivo claro de conquistar os povos que aqui viviam, explorar as riquezas

naturais de seus territórios, escravizá-los e destruir seus modos de vida. Os primeiros grupos atingidos e rapidamente destruídos foram os Tupi do litoral, da mesma forma que outros grupos que viviam no litoral atlântico. Em 1531 a primeira expedição portuguesa, com 80 homens chefiados por Pero Lopes saiu de Cananéia em direção ao atual Paraná, à procura de ouro. Em 1533 todos os tripulantes foram mortos pelos Carijó que habitavam o litoral do Paraná. (Rocha Pinto, 1987:39/41; Wachovicz, 1988:12) Em 1585 chegou a primeira expedição com o objetivo de escravizá-los e vendê-los na capitania de São Vicente. Os Carijó foram também utilizados como mão-de-obra na exploração das minas de outro do litoral paranaense.

Muitos grupos que viviam mais próximos ao litoral se refugiaram para o interior, isto é, para oeste e sudoeste, no intuito de escaparem das expedições de preação de índios. Este parece ter sido o caso dos Kaingang³. Portanto, pode-se dizer que desde o século XVI os Kaingang tiveram contatos com a sociedade européia, e os que vivem hoje em todo o Brasil meridional são grupos que refugiaram nos sertões em direção oeste até serem alcançados pelas frentes de conquista a partir de 1770.

1. As reduções jesuíticas no Paraná

Como sabemos, os europeus, antes mesmo da descoberta da América, já tinham decidido a partilha das terras americanas entre espanhóis e portugueses. De acordo com o Tratado de Tordesilhas, firmado entre Espanha e Portugal em 1494, as terras paranaenses seriam da Espanha, com exceção do litoral de Paranaguá. Para garantir sua posse, os espanhóis fundaram as primeiras cidades em terras que pertencem hoje ao Paraná: Ontiveros⁴ em 1554, Ciudad Real del Guairá em 1556 e Vila Rica do Espírito Santo⁵ em 1579.

Os missionários espanhóis, por sua vez, implantaram, no início do século XVII, um novo método de catequizar e “civilizar” os índios através das chamadas reduções. Os missionários da Companhia de Jesus conseguiram permissão do rei espanhol para reduzir os índios que viviam nas terras que seriam da coroa: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Nas reduções eram arrematados índios de várias etnias - e não apenas Guarani, como muitos livros didáticos dão a entender - como os Gualacho, Chiquis e alguns

¹ - Trata-se apenas da população indígena que vive nas reservas administradas pela FUNAI. Não estão computados os índios que vivem fora das reservas ou postos indígenas. Não há pesquisa que possa fornecer uma estimativa dos chamados “índios desaldeados”.

² - No ano de 1968 um levantamento demográfico da FUNAI revela que havia uma família Xokleng vivendo na Al Barão de Antonina. Atualmente há duas famílias dessa etnia na Al Apucarana.

³ - É certo que alguns grupos kaingang permaneceram em aldeamentos próximos a São Paulo, cujos caciques foram cooptados pelos colonizadores principalmente como guerreiros para a defesa dos povoados de nacionais. (Petroni, 1995)

⁴ Ontiveros ficava à margem do rio Paraná, não muito distante da foz do rio Ivaí. Dois anos mais tarde, foi transferida para as proximidades da foz do rio Piquiri. O novo núcleo foi denominado Ciudad Real del Guairá.

⁵ Vila Rica do Espírito Santo ficava à margem do rio Ivaí, próximo à foz do rio Corumbatá.

Guayaná, possíveis ancestrais dos Kaingang.

A primeira redução, fundada em 1610, foi a de Nossa Senhora de Loreto, em seguida a de Santo Inácio Mini. Milhares de índios passaram a viver nas reduções e a sofrer a experiência da catequese e cristianização. Mas muitos outros povos rejeitaram viver nas reduções e continuaram mantendo o seu modo próprio de vida nas extensas terras da região. Mesmo aqueles que foram reduzidos resistiram à tentativa de mudanças impostas, não raras vezes à força, pelos missionários.

Os portugueses, por seu lado, tinham interesse em ampliar os seus territórios assim como de prear os índios que viviam a oeste do meridiano das Tordesilhas. As reduções jesuíticas eram especialmente atraentes para os bandeirantes luso-brasileiros porque constituíam redutos de índios que ofereciam a vantagem de já terem sido “pacificados” pelos missionários. As investidas contra as reduções iniciaram-se em 1628 e os bandeirantes destruíram todas as reduções dos vales do Tibagi e Ivaí, levando milhares de índios como escravos para São Paulo. Ciudad Real e Vila Rica entraram em decadência e, em 1674, os bandeirantes retornaram para destruir o que ainda restava. A partir desse evento, os espanhóis se retiraram para o Paraguai. Os missionários, principalmente de Loreto e Santo Inácio Mini, as únicas que não foram saqueadas, retiraram-se para o sul, levando muitos índios e fundaram novas reduções no Rio Grande do Sul (Tape) e no Paraguai. Mais tarde, elas também foram destruídas pelos bandeirantes.

Apesar de a maioria dos historiadores afirmar que depois das investidas dos bandeirantes as terras paranaenses ficaram vazias, o fato é que a presença de muitos indígenas foi registrada por viajantes e exploradores do século XVII e XVIII que navegaram pelos rios que cortam as terras paranaenses.

É certo que as investidas dos bandeirantes e mesmo dos missionários que buscavam os índios _ com diferentes objetivos _ fizeram com que alguns grupos se embrenhassem em locais de difícil acesso e procurassem não ser percebidos. É certo também que houve uma expansão dos Kaingang para oeste, nas mesmas regiões onde antes havia reduções, tornadas disponíveis para ocupação após a sua destruição. Mesmo assim, é preciso sempre pensar que os grupos que não aceitaram reduzir-se permaneceram dispersos nas matas da região. O retorno posterior de parte dos que fugiram para o sul também não pode ser descartado.

É preciso ainda fazer referência a outro tratado que resultou em novas negociações entre espanhóis e portugueses: o Tratado de Madrid, que ocorreu em 1750, no qual a Espanha reconheceu o domínio português sobre as terras situadas a oeste do meridiano de Tordesilhas, limite recuado até o rio Paraná. Mas a posterior anulação do tratado fez com que o governo português preparasse planos para a ocupação efetiva das terras paranaenses até o rio Paraná.

A partir de 1768 os portugueses começaram a organizar a ocupação das chamadas terras do sertão. Mais de uma dezena de expedições foram enviadas até 1774. Vários

campos foram descobertos e reconhecidos. Quando as terras do interior do Paraná começaram a ser ocupadas através do povoamento, os Kaingang já estavam estabelecidos nas bacias do Tibagi, Piquiri, Ivaí e Iguaçu. De grupos dispersos no século XVII, passaram a constituir a etnia dominante nos séculos XVIII e XIX. O contrário se verificou em relação aos Guarani, como vimos páginas atrás.

Os campos de Koran-bang-rê (Guarapuava) começaram a ser conquistados em 1770, mas o governo provincial levou mais de 100 anos para efetivar a conquista dos campos gerais. Depois de Koran-bang-rê vieram Kreie-bang-rê (Palmas) e outros campos. As terras kaingang da bacia do Tibagi começaram a ser conquistadas em meados do século XIX, e estavam relacionadas ao interesse do governo imperial em encontrar uma ligação fluvial para o Mato Grosso.

A descoberta dos campos de São Jerônimo se deu em 1846, pela expedição comandada por Joaquim Francisco Lopes e John H. Elliot a serviço de João da Silva Machado. Em 1848 foi fundado o Abarrancamento de São Jerônimo, que mais tarde se tornaria o primeiro aldeamento kaingang da região do Tibagi. Nessa época já havia algumas fazendas instaladas em vários pontos, encravadas em terras indígenas. A fazenda São Jerônimo era uma delas.

No governo provincial foi promulgado e aprovado o Regulamento das Colônias Indígenas que determinava a criação de colônias indígenas no Paraná e no Mato Grosso. Em 1857 foi criada a Colônia São Pedro de Alcântara, às margens do Tibagi, na margem oposta à atual cidade de Jataizinho. A fundação da Colônia deu-se em 1855 e os primeiros habitantes indígenas foram os Guarani Kayoá trazidos do Mato Grosso.

A conquista do primeiro grupo kaingang se deu em 1862⁶ - , quando o primeiro cacique entregou as armas e aceitou o aldeamento, seguido pela maioria dos outros. Os Kaingang foram aldeados na Colônia Indígena São Jerônimo, estrategicamente distantes dos Kayoá que eram povos tradicionalmente inimigos.

Os dois últimos grupos foram conquistados em 1930⁷ , após terem permanecido refugiados nas matas do rio Laranjinha. Eram dois grupos, sendo que um ficou aldeado na região próxima à atual Reserva Laranjinha no município de Santa Amélia e o outro, com cerca de 100 pessoas foram transferidas para o município de Manoel Ribas, na Reserva Ivaí.

2. O século XX: a Consolidação da Conquista

O objetivo deste tópico é apresentar um quadro geral da experiência indígena no Estado do Paraná, no século XX, com ênfase na região da bacia do Tibagi. É ainda o de

⁶ - Para uma melhor compreensão do processo de conquista das terras kaingang consultar Mota, Lúcio Tadeu, *As Guerras dos Índios Kaingang. A História Épica dos Índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*, Maringá, Ed. UEM, 1994.

⁷ - Sobre a conquista dos últimos Kaingang arredios que viviam nas matas do rio Cinzas e Laranjinha, consultar minha tese de doutorado *A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma Sociedade Jê Meridional em Movimento*. USP/SP, 1995.

ressaltar que a violência e expropriação dos territórios indígenas continuaram, sob formas variadas, porque a conquista da maioria dos povos indígenas do sul do país ainda não tinha sido consolidada no século XIX. Territórios indígenas tinham sido reconhecidos e legitimados como pertencentes ao Estado nacional, mas, de fato, o povoamento dos mesmos pelos colonos nacionais e estrangeiros ainda estava para ser efetivado. É desse processo que falaremos.

Com a morte do diretor do Aldeamento São Pedro, Frei Timotheo, em 1895 em Jataizinho, produziu-se um grande silêncio sobre a presença e a resistência indígena da região do Tibagi. Mais ainda: todo o período, que vai da morte de Frei Timotheo até a chegada dos ingleses e seu Projeto de colonização dos territórios kaingang e guarani do Paraná, está encoberto por uma obscuridade histórica que ainda não foi desvelada. Dá-se neste período a construção da idéia do “vazio demográfico” nos discursos sobre a ocupação das terras indígenas como terras vazias e desabitadas, configurando um claro processo de encobrimento do Outro.

2.1 A política de “pacificação” e constituição de Postos Indígenas

O século XX vai encontrar a maior parte dos povos indígenas ocupando livremente o interior dos estados de São Paulo e dos estados da região sul. Assim também, as primeiras décadas registram os mais graves conflitos entre os índios e os invasores brancos, colonos (nacionais e estrangeiros) que se instalavam nas terras indígenas e trabalhadores das estradas de ferro que adentravam os seus territórios.

A reação violenta dos Kaingang de São Paulo levou o Estado a criar, em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais-SPILTN, depois apenas SPI. Para isso, utilizou a mesma estratégia política anterior de instrumentalizar índios aldeados e pacificados para o trabalho de atração dos *bravos*⁸: em 1912, doze Kaingang de São Jerônimo foram contratados pelo SPI para atrair e pacificar os Kaingang de São Paulo; em 1914, quatro famílias kaingang foram levadas pelo SPI para Santa Catarina a fim de atrair os Xokleng.

No Paraná, entre 1927 e 1930, pelo menos três expedições organizadas pelo SPI - sendo uma com a participação da Companhia de Terras Norte do Paraná-CTNP - contrataram famílias kaingang de São Jerônimo e do Posto Apucarana para fazer a atração dos Kaingang arredios que viviam na região dos rios Laranjinha e Cinzas. O último grupo arredio a ser conquistado era Xetá e vivia na Serra de Dourados no atual município de Douradina nos anos 50. Nos anos 60, já tinha sido exterminado.

Quando esses grupos foram atraídos e submetidos, estes já tinham experimentado diversas formas de violência: em 1911 fazendeiros pagaram bugreiros (matadores

⁸ - Até o século XIX os índios eram classificados numa taxonomia que opunham os *mansos* aos *bravos*, *bravios* ou *hostis*. O SPI acrescentou os *arredios*, isto é, os que “não mantinham guerra mas procuravam evitar relações com os *civilizados*.” (Lima, 1995:126)

profissionais de índios) que praticaram genocídio de vários Kaingang da região do rio Cinzas. O fato foi amplamente divulgado pela imprensa da época e foi instaurado um processo na Comarca de Jacarezinho que chegou a identificar os mandantes e os assassinos, porém os réus nunca foram punidos. Em 1923 foi denunciado um genocídio de outro grupo kaingang na Serra da Pitanga e também não houve punição dos culpados. No Estado de São Paulo houve um massacre de índios Kaingang em 1914. Mas foi em Santa Catarina que a estratégia de contratar bugreiros foi mais intensa e as vítimas eram os Xokleng que dominavam as terras da região serrana, abertas à colonização estrangeira.

2.2 O papel do SPI no contexto do Estado nacional

O Decreto 8941 de 30/08/1911 criou uma “Povoação Indígena” onde existiam os antigos aldeamentos de São Jerônimo, no Paraná, de São Lourenço no Mato Grosso e de Itaporanga, no Estado de São Paulo. (Franco, 1925:23)

Gagliardi explica que o Decreto 8072 tinha por objetivo solucionar várias necessidades, quais sejam: incentivar o trabalhador nacional com uma legislação que auxiliasse na sua atividade produtiva; fixar o trabalhador nacional no seu Estado de origem, evitando o êxodo rural e o desequilíbrio demográfico; planejar o aproveitamento da força-de-trabalho nacional; e “criar para o indígena os mecanismos de transição para o modo de produção dominante”. (Gagliardi, 1989:232)

Entretanto, uma análise crítica sobre o indigenismo brasileiro e a política indigenista levada a cabo por alguns pesquisadores do Museu Nacional tem trazido contribuições importantes para a compreensão de aspectos pouco analisados do indigenismo. (Lima, 1989) A visão monolítica do SPILTN, fundamentada no positivismo e reproduzida pela versão oficial, acabou por ser divulgada por vários pesquisadores da história indígena. Assim, diz Ferrari Leite:

Além da proposta de proteção, o papel dos positivistas, sua dedicação e altruísmo, é destacado nestas representações. Se isto ocorre pela insuspeita participação destes no órgão oficial, como o foram Rondon, Luiz Bueno Horta Barbosa, Alípio Bandeira e o próprio Darcy Ribeiro (eles mesmos propagandistas e fontes), tal procedimento ilude quanto aos diversos interesses presentes, não só no campo indigenista, mas no próprio órgão estatal e na ação governamental.

Nas suas ações práticas, o SPILTN, desde o início, conformou-se a diversos interesses, não só limitando suas ações, como também por meio de pessoas que dele participavam, apesar de subordinadas às clientelas políticas da época, estranhas ao positivismo. Já em 1911, Manuel Miranda, em carta pessoal a seu amigo inspetor L. Bueno Horta Barbosa, revela sua desesperança com a situação de indicações por interesses políticos, de inspetores para o Serviço. Este tipo de composição relativiza tanto a força do positivismo na definição das práticas do SPILTN, quanto esta teoria enquanto “fundamento ideológico” deste, tal como pretende Darcy Ribeiro. (Leite, 1989:255/256)

Lima considera que a criação do SPILTN, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio-MAIC, produziu “o acoplamento entre a idéia de ação estatizada para os índios, o desenho institucional estabelecido a partir de atores vinculados a uma dada posição no campo

político da época, e militares cuja tarefa era expandir o controle governamental sobre o território e as populações nele dispersas". (Lima, 1995:113) Por outro lado, as alterações na relação Igreja/Estado explicam a substituição da idéia de *catequese* para o termo *proteção* que aparece nos discursos do SPI.

Levando-se em conta as questões apontadas é que podemos explicar porque o SPI não conseguiu barrar o avanço da colonização sobre as terras indígenas nos vários estados em desenvolvimento, como São Paulo e Paraná, mas também no restante do país sucessivamente.

No Paraná, interesses políticos locais e estaduais se chocavam com os do SPI. Os atritos dos interessados em extinguir o aldeamento indígena e apropriar-se das terras vão incidir sobre o órgão tutelar. Foi o caso do deputado federal Arthur Martins Franco, que demarcou uma área no local denominado Arixiguana e Campo de Atalaia em seu nome. Além disso, desenvolveu uma intensa campanha contra o SPI, pedindo a extinção do órgão e do aldeamento de São Jerônimo. O argumento de Franco era que o SPI defendia os direitos de apenas 38 famílias indígenas (187 pessoas) contra 428 famílias (2448 pessoas) de nacionais. (Franco, 1925:30)

A primeira observação é que o documento assume como realidade a presença dos índios em uma ampla área geográfica e a forma como pretende concentrá-los em uma área menor definida pelo Decreto acima, no sentido de antecipar a expulsão em curso. Trata-se de grupos Kaingang e Guarani que ocupavam as terras que estavam sendo privatizadas. O Estado, através deste decreto, orientava suas ações integracionistas, explicitando uma política de terras que definia aos índios áreas restritas geograficamente. O desaparecimento do modo de vida tradicional, baseado na caça-coleta-agricultura, praticando deslocamentos no interior de vastos territórios, antes mesmo de acontecer, já estava decretado. Outro ponto que merece observação é que o decreto acima não respeitou sequer a lei provincial 1114 de 1860, que garantia aos indígenas as terras que estivessem ocupadas.

Apesar dos esforços dos políticos e proprietários de São Jerônimo, liderados pelo deputado Martins Franco, para que os Kaingang fossem transferidos para a região da serra Apucarana, atendendo o que regia o decreto acima, em 1911 foi criada a Povoação Indígena de São Jerônimo (Decreto 8941). Mais tarde, em 1920, com a criação do Município de São Jerônimo apesar do SPI alegar a sua ilegalidade, os Kaingang perderam a maior parte de suas terras.

Em São Jerônimo, além dos poucos Kaingang que viviam na Colônia Indígena propriamente dita, o resto da população se distribuía em três núcleos: José Bonifácio, Rodolfo Miranda e Capitão Osório, de acordo com um relatório do SPI de 1926.

Mas, além do núcleo de brancos em São Jerônimo, outros foram se formando, como São Roque (atual distrito de Tamarana), que ficava, antes de 1949, a cinco quilômetros do Posto. A situação de abandono crescente já registrada por frei Timotheo

no final do século passado continua aumentando neste século, como apontam vários autores (Baldus, 1979; Lévi-Strauss, 1955; Helm, 1974; 1978). Somada à expropriação de seus territórios de caça, pesca e coleta, foi produzindo a desorganização da economia tradicional, e a dependência em relação aos objetos de mercado levaram cada vez mais os índios a buscar o trabalho assalariado nas fazendas que foram surgindo no entorno das reservas. Além disso, os próprios núcleos urbanos que iam surgindo também passaram a contratar mão-de-obra indígena.

O objetivo do Decreto de 1900 era transferir todas as populações indígenas que viviam entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí para uma única reserva onde existe hoje o Posto Apucarana. Este objetivo não teve sucesso, porém, mais tarde, em 1949, todas as reservas indígenas do sul perderam a maior parte de suas terras.

3. O Decreto Federal de 1945 e o Acordo espúrio de 1949

O governo de Getúlio Vargas acelerou o processo de legitimação da expropriação das terras indígenas em todo o sul do país, com vistas a garantir a colonização. O decreto-lei 7692 de 30/6/1945 autorizou o governo federal a ceder gratuitamente ao Estado do Paraná as terras da fazenda São Jerônimo, numa extensão de 33.800 ha., com a ressalva de que 4.840 ha ficariam reservados aos índios que ali habitavam.

O Termo de cessão das terras da Fazenda São Jerônimo foi assinado em 6/3/1950, em conformidade com o processo nº 237.770 do Ministério da Fazenda, de 1948, que tinha sido definido numa reunião com os representantes das partes envolvidas, em 14/2/1949.

Na segunda parte do processo, foi firmado em 12/5/1949 um termo representado pelo Ministro da Agricultura (à qual se subordinava o SPI) e o Governo do Paraná, através do governador Moisés Lupion. Utilizando para a fixação das novas áreas indígenas o mesmo critério do módulo mínimo para uma unidade rural, isto é, 100 ha por família indígena de cinco pessoas mais 500 ha destinados às instalações do Posto Indígena, as reservas de Apucarana, Queimadas, Ivaí, Faxinal, Rio das Cobras e Mangueirinha sofreram redução de até mais de 2/3 das áreas originalmente concedidas.

Ao Posto São Jerônimo, dos 14 mil alqueires “doados” pelo Barão de Antonina restaram apenas dois mil, divididos em duas áreas descontínuas. Para piorar, a maior parte desses dois mil alqueires estava invadida por posseiros, cujo processo de invasão continuou pelas décadas seguintes.

Pelo Acordo de 1949, a área original do P.I. Apucarana, de 54.000 ha (outros documentos apresentam área de 50.000 e 45.864 ha), ficou reduzida para 6.300 ha e ainda dividida em duas glebas: uma de 5.300 e outra de 1.000 ha.

Vários documentos posteriormente expedidos pelo SPI demonstram que não houve a aludida participação deste órgão na decisão sobre a definição das áreas consideradas “suficientes” aos índios, conforme diz o documento. Muito ao contrário,

os pareceres e ofícios deixam claro que o SPI tentava reverter os termos do Acordo, alegando serem as áreas reformuladas insuficientes à sobrevivência dos índios.

O SPI fez várias tentativas, através de proposta intermediária, para impedir tamanha expropriação sem, no entanto, obter sucesso. O Ofício nº 173, encaminhado por Lourival da Mota Cabral, Chefe da I.R.7, a José Maria da Gama Malcher, diretor do SPI, por exemplo, propõe, “para conciliar os interesses de ambas as partes”, 12.100 ha para o PI. Apucarana contra os 6.300 propostos. Os outros postos cujas áreas estavam sendo contestadas eram Ivaí, Queimadas, Mangueirinha, Rio das Cobras e Faxinal. A área do Posto Barão de Antonina já tinha sido reduzida e não estava na pauta desta discussão.

Apesar de toda a disputa no sentido de reverter o termo, mesmo que parcialmente, os esforços do SPI foram em vão.

De toda a pesquisa nos documentos lidos, fica claro que o Estado estava implantando uma política no sentido de transformar os indígenas do sul em pequenos agricultores, ao mesmo tempo em que produzia, por decreto, terras “excedentes” para a colonização que se intensificava. São, portanto, faces da mesma moeda. Confinar cada vez mais os indígenas significava, para o Estado, liberar as terras indígenas para colonização, como revelam tanto o documento anteriormente citado quanto um documento do Governo do Estado do Paraná, na sua cláusula 7ª:

As áreas restantes das reservas territoriais que não forem necessárias à localização dos índios pela forma indicada, serão aproveitadas pelo Governo do Estado, titular do seu domínio, para a localização dos trabalhadores nacionais que nas mesmas se acharem domiciliados com cultura efetiva e morada habitual, na forma da respectiva legislação, e o excedente dessa localização será aplicado pelo Governo do Estado nos serviços da sua colonização com imigrantes. (Projeto de estipulação das cláusulas para o Acórdão a ser celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná para a reestruturação administrativa e intensificação do Serviço de Proteção aos Índios no referido Estado, s/d)

No próprio documento, o Estado, ao se dizer preocupado com os indígenas, expõe também as suas verdadeiras intenções. O governo paranaense praticou o esbulho das terras indígenas, entregou aos índios uma diminuta parcela das mesmas, sem que os posseiros fossem retirados, como é o caso das áreas de Mangueirinha e Barão de Antonina.

A legitimação da expropriação territorial explícita a transição na forma de ocupação das “novas” terras baseada na ideologia desenvolvimentista. As décadas de 1950-70, para os indígenas, representaram a perda quase total dos seus territórios de caça e coleta e, conseqüentemente, o crescimento da dependência e subordinação político-econômica ao órgão indigenista e ao sistema de mercado regional. A degradação do meio ambiente e a subtração da maior parte dos territórios estão, por essa razão, no centro das representações sociais dessas populações sobre a situação histórica de contato.

4. As Epidemias e a Hecatombe Demográfica

Além dos genocídios praticados pelos soldados e bugreiros que exterminaram tribos inteiras, é importante ressaltar as epidemias provocadas pelos contatos com os brancos. Darcy Ribeiro afirma que *“os efeitos devastadores de epidemias de gripe, sarampo e outros agentes mórbidos levados por pessoas civilizadas teriam reduzido sua população a pelo menos metade do que era enquanto ainda estavam isolados”*. (Ribeiro, 1982)

No século passado foram registradas várias epidemias: em 1865/66 os índios do Aldeamento de São Pedro de Alcântara e Santo Inácio do Paranapanema foram reduzidos a metade por uma epidemia de sarampo e uma “febre contagiosa”; em 1867 e em 1876 também foram registradas epidemias; em 1877 a varíola matou 400 índios Kayoá em uma semana.

Os Kaingang de São Paulo eram 1200 quando foram pacificados em 1912 e estavam reduzidos a 87 pessoas em 1957; os Xokleng eram 800 em 1914, restavam menos de 190 em 1957; a década de 1930 registrou várias epidemias que atingiram Kaingang e Guarani do Paraná, e os Kaingang que tinham sido pacificados em 1930 e viviam no Posto Velho ou Krenau pereceram todos; os Xetá eram 300 (auto-estimativa) em 1955, hoje são doze.

É ainda preciso falar da prática do genocídio biológico deliberado e outros crimes praticados com o objetivo de fazer uma “limpeza étnica”. Shelton Davis (1978) fala do Relatório do Procurador Jader Figueiredo que apresentou provas de corrupção e sadismo entre funcionários do SPI. Tribos inteiras foram exterminadas, açúcar misturado com arsênico foi distribuído aos índios, índias eram escravizadas por funcionários. Fala também do relatório do médico Patrick Brown - “Denúncia de guerra de germes contra os índios do Brasil” -, onde este relata ter visto documentos comprobatórios de que agentes do SPI e latifundiários utilizaram armas biológicas e convencionais para exterminar grupos indígenas, introduzindo deliberadamente varíola, sarampo, tuberculose e gripe nas regiões do Mato Grosso em 1957 e tuberculose no norte da bacia amazônica entre 1964 e 65. Vários documentos apontaram assassinatos de índios, roubo e venda ilegal de terra e madeira. No Paraná, a maior parte das matas que cobriam as reservas foi derrubada e a madeira vendida ilegalmente. São muitas as denúncias de corrupção, de assassinatos, de abusos de poder e de transferência forçada de famílias indígenas para outras AIs ou para fora de AIs no Paraná.

BALDUS, Herbert. *Ensaios de etnologia brasileira*. São Paulo: INL/MEC, 1979.

DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

FRANCO, Arthur Martins. *Em defesa do índio e do sertanejo contra “o serviço de Proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais” no Estado do Paraná*. Curitiba: O Estado do Paraná, 1925.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, 1989.

HELM, Cecília Maria Vieira. *A integração do índio na estrutura agrária do Paraná*. Tese de livre-docência. Curitiba: UFPR., 1974.

LEITE, Jurandyr C.F. *Proteção e incorporação: a questão indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo*. Revista de Antropologia, (30/31/32; 1987/88/89). São Paulo, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1955.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná*. Maringá, Editora da UEM, 1994.

NOELLI, Francisco Silva. *Sem tekhoa não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Jacuí*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

PETRONE, P. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

PINTO, Orlando da Rocha. *Cronologia da construção do Brasil. 1500-1889*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TOMMASINO, Kimiye. *A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em Movimento*. Tese de doutorado, USP-Antropologia Social, São Paulo, 1995.

WACHOVICZ, Ruy C. *História do Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

Priscila Rosalen Pasetto de Almeida

Taiane Vanessa da Silva*

Resumo: *Refletimos sobre práticas de monitoria das autoras no Museu Histórico de Londrina – MHL – dirigidas ao público na faixa etária entre seis e doze anos. Sendo o público o objeto da atenção de um museu, e não a exposição exclusivamente, este artigo tem por fim expressar a importância da interação, do “lugar-comum” que se constrói a partir da experiência de uma criança no ambiente museal e seu universo referencial com a interferência de um mediador.*

Palavras-chave: *Educação patrimonial; Ação educativa; Museu Histórico de Londrina; Exposição museal.*

Introdução

Apropriando-se das palavras de Marília Xavier Cury, a exposição museal é como a ponta de um *iceberg*, ou seja, é a parte que visualmente se manifesta para o público e que, anteriormente, foi pensada e construída pela equipe do museu (1999, p. 18). Se a exposição é a ponta do *iceberg*, acreditamos que o monitor – ou o mediador entre o público que visita o museu, por meio da exposição – é então um guia que conduz a expedição até o *iceberg*. Contudo, seu posicionamento à frente do museu – já que ele entra em contato direto com seu público – deve ir além da simples apresentação ao que será visto no espaço museal. O monitor não deve mostrar a exposição e sim provocar nos visitantes a vontade de ver seus objetos (RAMOS, 2004, p. 27).

Um espaço museal se constitui por uma sequência de objetos em exposição. Se aprendemos a ler palavras, também é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas (RAMOS, 2004, p. 21). A partir desta afirmação, Ramos encontra, também, “problemas” na interpretação dos objetos que devem ser contornados pelo monitor. O primeiro seria a relação entre a vida cotidiana do objeto com quem o possuía que, fora das paredes de um museu, foi diferente da representação que este assume enquanto objeto museal. Ou seja, agregados ao tema trabalhado numa exposição, os objetos têm sua função modificada. Deve-se, então,

[...] fazer distância entre a vida cotidiana do objeto, que é produto e produtor de relações socialmente engendradas, e a “vida museológica” do objeto. Confusões entre essas duas condições reduzem o museu a um espaço de imitação grosseira, morte do conhecimento e, portanto, declínio vertiginoso do sentido educativo (RAMOS, 2004, p. 140).

* Graduandas em História, bolsistas do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF/SETI/PR). Orientadora, Profª Drª Regina Célia Alegro, Programa Contação de Histórias do Norte do Paraná. Projeto “O Museu vai à escola”, do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss (UEL).

A escolha do objeto é um exercício de intencionalidade – já que este saiu da sua “função” de auxiliar em alguma tarefa cotidiana e agora se encontra dentro de uma narrativa que a equipe de um museu desejou neles representar. Do objeto pode, como deve, ser extraído algum efeito educativo. Isto é crucial para a compreensão de um contexto e para despertar a curiosidade do visitante.

A outra questão-problema estaria na perda da qualidade “tocante” que é negada ao visitante quando um objeto é exposto dentro de uma vitrine ou cenário expositivo.

Se os objetos não podem ser tocados, não devem perder a qualidade de “tócantes”, de alimentar percepções marcantes, tarefa que somente a racionalidade da análise não consegue. Isso quer dizer que a exposição deve tocar o visitante por meio de certos arranjos da memória, da afetividade que compõe o ato de lembrar aquilo que não vivemos, mas que de alguma forma mexe com o nosso “estar no mundo”, como diria Paulo Freire. [...] (RAMOS, 2004, p. 83).

Nesse contexto, o desafio do monitor é pensar como provocar ou reviver nas crianças que não viveram o período da construção da cidade a qualidade tocante dos objetos expostos nas exposições do Museu Histórico de Londrina; objetos estes propostos pela narrativa de sua exposição de longa duração – mas que participam, cotidianamente, da sua história. Para começo da conversa, devemos apresentar o museu.

No caso do Museu Histórico de Londrina, “a proposta museológica para a Galeria Histórica pretende apresentar as estruturas fundadoras da historicidade da cidade de Londrina, a partir do conceito sobre o trabalho” (BRUNO apud HILDEBRANDO, 2010, p. 53). Os objetos e a maneira como estão expostos informam que “O MHL tem por objetivo conservar o patrimônio histórico-cultural de Londrina através de uma exposição que torne visível a trajetória da cidade, procurando registrar um processo: o processo de colonização e desenvolvimento histórico da cidade e região” (HILDEBRANDO, 2010, p. 43).

Nesse contexto, *os arranjos de memória* pensados por Ramos (2004) podem ser trabalhados a partir do mundo vivido pela criança. Por meio do diálogo – entre o monitor e o público infantil – é possível se construir uma dinâmica que se utiliza da memória e contextos individuais, diferentes daquele em que o objeto está inserido na exposição e, influenciando, assim o interesse das crianças na visita. O museu oferece aos seus visitantes a oportunidade de rememoração, na qual o indivíduo faz sua releitura sobre o passado no presente.

Para refletir como se concretiza a apropriação cognitiva do público infantil em um museu, buscamos a metodologia explicativa e teórica de Jean Piaget segundo o qual o crescimento cognitivo da criança se dá por assimilação e acomodação. O indivíduo constrói esquemas de assimilação mentais para abordar a realidade.

Piaget subdivide o desenvolvimento cognitivo de uma criança em quatro períodos

“gerais”: o sensório-motor – nascimento aos dois anos de idade - onde tem como referencial qualquer desta parte do próprio corpo; o pré-operacional - dois aos seis ou sete anos - uma nova etapa do desenvolvimento mental da criança é iniciada por meio da linguagem, dos símbolos e imagens mentais, na qual o pensamento começa a se organizar, embora ainda não reversível; o operacional-concreto – sete a oito anos e se prolonga aos onze ou doze anos - descentralização progressiva em relação à perspectiva egocêntrica que caracterizava a criança até então, e esta ganha precisão no contraste e comparação de objetos reais; e, por fim, atinge o estágio operacional-formal e apresenta a principal característica a distinção entre o real e o possível, raciocina com hipóteses verbais e não apenas com objetos concretos, adquire a capacidade de manipular proposições. Piaget não sugere que tais estágios evoluam a fim de estabelecerem um indivíduo completo e “preenchido” de conhecimento, mas sim um equilíbrio, uma organização interna do aprendizado a fim de atingir a adaptação ao meio em que está inserido (PALANGANA, 1999).

Como nosso olhar se dirige para crianças de seis a doze anos, recorremos aos estágios pré-operacional e operacional-concreto, propostos por Piaget. Para essa criança, qual seria a abordagem mais apropriada numa experiência museal? Um educador pode projetar o resultado da prática de monitorias em museus?

Se nesta etapa a criança se apega ao contraste de objetos reais, por meio de uma associação de imagens e símbolos mentais provenientes do seu universo referencial, a linguagem na comunicação museal, proposta pela disposição dos objetos em uma exposição, estará então, indissociavelmente, ligada à memória desta criança. Uma situação que ocorre diariamente nas monitorias por nós trabalhadas é a necessidade que as crianças têm em, após observar um objeto e escutar a explicação, pronunciar comentários como “minha avó tem este objeto em casa”, ou “isso seria aquilo que nós usamos nos dias de hoje”. Novamente, por meio dos arranjos de memória (RAMOS, 2004, p. 83) desta criança, inserida nesta etapa cognitiva proposta por Piaget, as comparações feitas pelo público infantil durante a visita monitorada, tornam o aprendizado muito mais palpável, ganhando forma.

Os discursos das monitorias são moldados às necessidades que surgirem durante a visitação. O resultado dessa ação não é, e nunca poderá ser da ordem da certeza; porém, o conhecimento construído pela visitação e pelo discurso utilizado nas monitorias só produz sentido se atingir efeitos educativos ou subjetivantes (LAJONQUIÈRE, 1999, p. 22).

Colocar a questão sob o viés do público não significa retirar a responsabilidade do emissor, mas repensar as posições do emissor e do receptor no processo da comunicação museal (CURY, 1999, p. 27); ou seja, a comunicação que é construída na interação das duas partes é, também, produtora de tal efeito educativo. O público será visto como ator ativo e não como consumidor passivo.” (CURY, 1999, p. 25). Assim, a comunicação foge

da linearidade “emissor-receptor” e constrói um espaço que transcende a história contada pelo museu. Torna-se possível a inclusão da criança nessa história – exemplificando o uso do objeto que um dia foi utilizado por um membro de sua família, ela também se sente parte daquele momento histórico que está sendo contado, e não somente como uma mera expectadora. “A proposta do processo comunicacional não está na mensagem e sim na interação, no espaço de encontro entre emissor e receptor, espaço de negociação e estruturação do significado” (CURY, 1999, p. 24-25).

Nesse sentido, a atuação da ação educativa no museu pode ser descrita como um conjunto que:

[...] ‘visa promover a participação, reflexão crítica e transformação da realidade social integrada à apropriação de uma cultura museal. [...], deve ser entendida como ação cultural, que consiste no processo de mediação, permitindo o homem aprender, em um sentido amplo, o bem cultural, em vistas ao desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca. [...], a ação educativa em museus promove sempre benefício para a sociedade, determinando, em última instância, o papel social dos museus’. (BRASIL, 2006, p. 147 apud HILDEBRANDO, 2010, p. 71-72)

Pretendemos com isto ampliar as possibilidades de expressão dos indivíduos, proporcionadas pela ação educativa em um museu; aquela criança – entre a faixa etária de seis a doze anos – faz de sua experiência, também, uma ampliação da sua memória; esta composta pelo conhecimento construído por métodos comparativos ou de relações entre sua vivência – seja na escola, no âmbito familiar ou em acontecimentos cotidianos – como o que está sendo celebrado nos espaços expositivos do museu. O foco de atenção do museu, então, volta-se não à exposição em si, mas ao público que a recebe.

Como, então, efetivar uma melhoria significativa na abordagem da prática de monitorias? Situar as experiências humanas no tempo e no espaço é algo complexo, especialmente para as crianças. O exercício da monitoria pressupõe a pretensão de mediação da percepção do tempo pelas crianças e de proporcionar outras dimensões ao ensino. Como apontou Ramos, nós, educadores em museus, devemos proporcionar o direito de saborear a diferença, de perscrutar as marcas de outros tempos e criar a consciência de que somos seres historicamente constituídos (RAMOS, 2004, p. 80-81). Sem cair em ilusões pedagógicas, devemos possibilitar a construção de um *lugar-comum* (LAJONQUIÈRE, 1999) entre o universo referencial do pequeno expectador e o conteúdo apreendido por ele durante a visita ao museu.

LAJONQUIÈRE, L. A (psico)pedagogia, a psicanálise e a impossibilidade da educação. In: **Infância e Ilusão (psico)pedagógica: Escritos de psicanálise e educação**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.

PALANGANA, I. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsy: a relevância do social**. 3ª Edição – São Paulo: Summus, 2001.

CURY, M. **O campo de atuação da museologia**. Exposição: Análise metodológica de processo de concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Dissertação de mestrado, ECA/USP, 1999

HILDEBRANDO, G. **O museu e a escola: memórias e histórias em uma cidade de formação recente – Londrina/PR**. Londrina: Dissertação de mestrado, CLCH/UEL, 2010.

RAMOS, Francisco Régis Lopes Ramos. **A doação do objeto**. O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

Sylvia Ewel Lenz*

Resumo: *A Alemanha pode ser chamada de país dos museus. Mas o passado histórico se apresenta às novas gerações também por meio da grande concentração de bens tombados como patrimônios alemães e mundiais. Esse ensaio é resultado de pesquisa realizada presencialmente, em viagens à Alemanha e com consultas em portais e revistas alemãs.*

Palavras-Chave: *Patrimônio cultural e natural alemão; Museus alemães; Patrimônio histórico.*

Patrimônios mundiais - culturais e naturais



http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Deutschland_UNESCO_Welterbest%C3%A4tten.png

Em 2012, havia 53 patrimônios naturais e culturais na Alemanha, dos quais, a UNESCO tombou 38 como mundiais, englobando os mais diversos, desde a Catedral de Colônia a ao antigo limite romano. Ou ainda, um sistema hidráulico construído por monges cistercienses em região montanhosa, que data do século XIII. O patrimônio fica entre a cidade de Goslar e as minas de Rammelsberg, ambas também tombadas pela Unesco em 1992, na Baixa Saxônia. Extensa obra de engenharia medieval, com várias galerias subterrâneas, 107 barragens, 310 quilômetros de fossas e de 31 mil metros de

* Profª Drª Depto. de História.UEL.

canais. Mas também uma gigantesca usina siderúrgica como Völklingen, fundada em 1890, durante o Império Alemão, então a maior produtora de viga de aço, empregando não mais carvão mineral mas gasolina nos motores combustíveis.

Durante a 2ª. Guerra Mundial, milhares de operários estrangeiros trabalharam em regime forçado, mas após o fim da guerra, a rica região carbonífera do Sarre passou ao domínio francês e a siderurgia chegou a ter dezessete mil empregados alemães. Após plebiscito, Sarre voltou a pertencer à Alemanha Ocidental e em 1986 a siderurgia foi fechada, mas como era a única do tipo, foi decidido pela sua preservação. Oito anos depois, a UNESCO tombou-a como patrimônio cultural mundial com suas construções gigantescas, maquinário colossal, dutos enormes, sem impedir o uso cultural do espaço interno, oferece exposições e até shows de jazz durante o verão. Há alguns anos, o tour científico – “*Ferrodrom - Aventuras no mundo do aço*” é uma oportunidade para os visitantes, jovens e adultos, aprenderem mais sobre a 2ª. Revolução Industrial, incluindo atividades interativas.

Ainda no norte da Alemanha são patrimônios os centros históricos de Wismar e Stralsund, como a praça quadrada em Wismar a arquitetura nórdica das hanseáticas Stralsund e Lübeck, esta com as sete torres de igrejas. A prefeitura gótica de Bremen tem uma estátua de Roland, cuja réplica existe em Rolândia, Paraná! A clássica cidade de Weimar, de grande importância artística e intelectual da época do romantismo alemão, assim como Dresden e o vale do Rio Elba, também estão entre os centros históricos importantes. A cidade histórica de Trier revela a herança romana no caminho para Luxemburgo, a cidadezinha cerevejeira de Bamberg, além da cidade medieval de Regensburgo.

Algumas das imponentes catedrais também foram tombadas como a do Imperador - Kaiserdom, em Speyer, em estilo românico construído para ser a maior de todas na Cristandade medieval. Ou a de Aachen, Aix-la-Chapelle em francês, antiga capital do Sacro Império Romano onde foram coroados vários imperadores. A enorme Catedral de Colônia, cujo estilo gótico destoa da estação ferroviária principal da cidade, construída do seu lado. Castelos e palácios históricos também são patrimônios mundiais como o de Wartburg, onde Lutero traduziu o Novo Testamento no início da Reforma. Herdeiro da cultura do barroco, o Palácio Residencial de Würzburg, com seus jardins da corte e imponência aristocrática. Por outro lado, o conjunto monumental da Escola de artes e ofícios Bauhaus em Weimar e Dessau, cujos mestres revolucionaram o design e a arquitetura contemporâneos, também foi tombado patrimônio mundial devido às suas inovações práticas e econômicas na produção de objetos, móveis e prédios.

A preservação histórica e ambiental não só é uma obrigação como faz parte da cultura alemã. O país tem quinze parques naturais e catorze reservas da biosfera Alemanha, localizados na costa marítima ao norte, nas regiões lacustres a noroeste, montanhosa no centro, alpina ao sul. Nestes lugares também há castelos, cidades históricas, museus

regionais e temáticos, além de áreas em que se praticam esportes variados, tais como esqui, vela, ciclismo, caminhadas, canoagem e montanhismo.



Foto do site da autora “Alemanha na conexão Rio-Londrina” <http://www.riogermans.com/>

Alemanha também pode ser chamado de país dos museus - clássicos, de artes, científicos, interativos sempre com livrarias e cafeterias charmosas. Seja porque é um país com passado cultural riquíssimo, ou porque a maior parte do ano chove, faz muito frio, neva e museus são espaços ótimos para se visitar. Só a capital da Alemanha, Berlim, oferece a maior concentração de museus do mundo, tombado como Patrimônio Mundial pela Unesco - a famosa Ilha dos Museus. Na parte sul da Ilha, tornado Patrimônio Mundial da UNESCO, há cinco museus monumentais, um jardim e da Catedral de Berlim – *Berliner Dom*. Na ponta insular, o Museu Bode reúne esculturas antigas, arte bizantina e coleção de numismática; na Antiga Galeria Nacional, pinturas românticas e do século XIX; no Museu Pergamon, arte islâmica e das civilizações da Mesopotâmia; no Museu Antigo, artes da antiguidade e no recém-reformado Museu Novo, são expostas artes contemporâneas. O Projeto Humboldt organiza o acervo de artes e culturas não européias, inclusive do hemisfério sul, tornando o centro museológico a maior referência de artes e culturas mundiais.

Essa ilha fluvial situada no centro de Berlim é um refúgio de paz e tranqüilidade cercado por águas límpidas do rio Spree e pelo repicar dos sinos do templo luterano. No espaço aberto, quase atemporal, festivais com exibições de filmes, concertos e óperas.

Em frente ao Jardim dos Prazeres, a reconstrução do Palácio de Berlim - Stadtschloss, o palácio cidadão da realeza prussiana. Destruído pelos bombardeios dos aliados e tanques soviéticos na 2ª. Guerra Mundial, apesar de ser passível de reforma, foi demolido pelo governo comunista da Alemanha Oriental de para apagar memória da Prússia. A Fundação do Patrimônio Cultural Prussiano - FPCP (Preussischer Kulturbesitz), fundado em 1957, durante a divisão da Alemanha, administra institutos culturais e artísticos extintos pelo o regime nazista. No conflito, dois terços de suas construções foram danificadas, e na ocupação de Berlim, após 1945, obras foram saqueadas pelos aliados, principalmente soviéticos, e o restante espalhado entre as Alemanhas, após a divisão de Berlim em Oriental, capital da República Democrática Alemã, e Berlim Ocidental, enclave capitalista nos pais.

Assim, governo da Alemanha Ocidental fundou a FPCP para administrar esta riquíssima herança cultural, enquanto o da Oriental restaurou parte dos primeiros quatro museus. Após o gigantesco saque artístico, graças à fundação, o governo soviético devolveu um milhão e meio de objetos à RDA, muitos expostos nos museus da Ilha, inclusive o Altar de Pérgamo. Após a reunificação alemã, em 1990, as obras foram reunidas, catalogadas, organizadas, e muitas, em posse da Rússia, readquiridas. Mas ainda há cerca de um milhão de objetos de arte na Rússia. Hermann Parzinger, arqueólogo e presidente da fundação pretende negociar de volta. Ele fala russo e propõe exposições comuns aos dois países.

A FPCP também administra a Biblioteca e os Museus Estatais, o Instituto Estatal de Pesquisa Musical, o Instituto Ibero Americano e o Arquivo Secreto da Herança Cultural Prussiana. A diferença entre a Fundação Prussiana e as demais instituições do gênero é que por um lado trabalha com a intersecção entre arte e cultura, por outro, entre ciência e pesquisa. Onde há outra instituição cultural que congregue sob um só teto bibliotecas, museus e arquivos complexos cujas dimensões são extraordinárias? Embora o nome da fundação pareça antiquado - Preussischer Kulturbesitz, pois se refere a um Estado extinto, Parzinger lembra que a Prússia foi moderna para o seu tempo, com a instituição da meritocracia na burocracia militar e civil. E pelo fato de remeter a um passado sem retorno, é importante que a Fundação Prussiana seja uma instituição cultural e científica dinâmica e moderna, em cooperação com outros países.

Karl-Friedrich Schinkel foi o grande mentor da arquitetura dos museus e de outros prédios encomendados pelo governo Prussiano à ao Preussischer Kulturbesitz. A maiores realizações foram a construção da enorme Rotunda de Schinkel no Museu Antigo com pilares e esculturas inspiradas no Panteão, a maior em cúpula da Antiguidade e que, em 1830, serviu como modelo arquitetônico para o museu. O Pergamon Museum é o primeiro dos museus na Alemanha, com mais de um milhão de visitantes ao ano e cujas maiores atrações são o Altar de Pergamon e o babilônico Portal de Ishtar em lápis lazuli. Na Neue Nationalgalerie, de 1968, em um templo de vidro, todo iluminado, segundo

planos de Ludwig Mies van der Rohe, são realizadas exposições de arte contemporânea, como o acervo do MOMA de Nova York. Na Alte Nationalgalerie, acervos permanentes dos românticos como de Caspar David Friedrich, mestre da pintura alemã. Mas também há pinturas de artistas célebres como Liebermann, Monet, Cézanne, dentre outros. A coleção Scharf-Gerstenberg expõe obras de artistas surrealistas que, embora verdadeiras, parecem irreais.

O busto da rainha egípcia Nefertiti (1.340 a.C.) é o objeto mais famoso da Ilha dos Museus e apesar de ser uma peça tão antiga, foi retirada do Altes Museum para ser exposta no Neues Museum. Na Gips Formerei, a maior instituição de modelagem de gesso há mais de 150 anos, são modeladas réplicas cujo acervo abriga sete mil moldes. Devido a esse zelo com a memória, a Quadriga, encontrada em cima do Portal de Brandenburgo e destruída na guerra, pôde ser novamente fundida em bronze. Um dos maiores órgãos de teatro de cinema da Europa, o Mighty Wurlitzer, de 1929, tem uma ampla escala de registros que vai do som de trovões ao trinar de pássaros. Ele pode tanto ser visto no Museu de Instrumentos Musicais com ser ouvido aos sábados ao meio dia.

E como não poderia deixar de ser, as duzentas páginas da partitura original da 9ª. Sinfonia de Beethoven está arquivada na Biblioteca Estatal de Berlim. Partes da sinfonia estiveram divididas entre as duas Alemanhas durante a Guerra Fria, mas finalmente foram reunidas e desde 2001 é patrimônio da humanidade pela UNESCO. Finalmente, a “A Longa Noite dos Museus” acontece duas vezes por ano, no verão e no inverno, oferecendo entrada gratuita para mais de cem museus, coleções, arquivos, memoriais e casas de exposição abertos até bem depois da meia noite. Essa tradição também é comum nas principais cidades alemãs de modo a divulgar o trabalho realizado em prol da memória e das culturas.

4.1. GENILDA MARIA RODRIGUES

Genilda Maria Rodrigues, nasceu na Reserva Indígena de Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra. Filha de João Maria Rodrigues (Tapixi, filho de Caingang com brasileira) e Helena Maria Rodrigues (filha de Caingangs).

Viveu até os 14 anos na aldeia e estudou até a 4ª série em uma escola próxima a Reserva.

Com 14 anos casou-se com um índio mas o casamento durou três meses. Após a separação veio para Londrina com uma senhora chamada Dona Nega. A vida na cidade foi muito difícil, tinha que trabalhar e pagar os estudos, mas contou com uma pequena ajuda da FUNAI.

Viajou pelo Brasil sempre estudando, passou por Brasília, São Paulo, Curitiba e Mato Grosso retornando a Londrina para trabalhar na FUNAI.



Aluno: O Índio tem preconceito das demais raças?

*Genilda:
Eu não sei se poderíamos dizer preconceito, digamos que existe uma rivalidade como há entre os outros também. Quero dar um exemplo: os índios Xavantes que moram no Mato Grosso vivem nos seus rituais, no seu dia-a-dia eles têm muito mato, não são comonós daqui, e então costumam dizer que no Sul não tem mais índio, que lá no Mato Grosso é que estão os Índios. Eu acho que isso é um preconceito e não é verdade.[...]*

Aluno: Como é a educação familiar dos índios na aldeia? Qual é a educação dos índios na escola? O que aprendem?

*Genilda:
Eu poderia dizer que agora, atualmente, eles aprendem o que vocês aprendem também, alfabetização, português, matemática e biologia. Agora eles estão introduzindo nas escolas um estudo específico para os índios em relação às suas plantas medicinais. Eles saem da escola, vão conhecer, eles não ficam mais só em sala de aula.[...]*

Aluna: Por que você não parava em nenhuma escola? Para vocês isso é normal?

Genilda:
Quando eu estava na aldeia eu parava, porque só tinha uma escola. Eu não parei depois que eu vim pra Londrina. Não foi possível parar porque quando eu cheguei aqui tive que trabalhar. Às vezes eu trabalhava e em outras eu não tinha trabalho. Eu não queria ficar em Londrina, tanto é que vocês veem aí que eu viajei bastante, então não tinha como parar em escola mesmo. E eu era adolescente, digamos aborrescente, que está descobrindo e vai andando. E eu vim sem a minha família, e a família é a base de tudo, então não tinha alguém que dissesse “você vai ficar aqui estudando”. Eu comecei a andar e pra mim isso era normal.[...]

Aluno: Como foi sua infância na reserva indígena?

Genilda:
Foi andando com o meu pai na beira do Rio Tibagi ... e de um rio de nome Passo Liso, pertinho de São Jerônimo da Serra, colbendo jabuticaba, mel e plantando um pouquinho de feijão.[...]

Aluno: Por que foi trabalhar com os índios Xavantes e não Kaingangs?

Genilda:
Eu fui trabalhar com os Xavantes no Mato Grosso porque sou funcionária da FUNAI. E como lá tem FUNAI, resolvi conhecer os índios e acabei pedindo transferência da FUNAI daqui, e fui trabalhar com os Xavantes. Por que não com os Kaingangs? Por que eu já conhecia, já sou daqui, já sou Kaingang. Resolvi conhecer uma outra tribo pra poder ter contato com outros povos indígenas.

LONDRINA MEMÓRIA VIVA - LMV

Trata-se de uma página virtual do Facebook, que se transformou em um grupo de pessoas desejosas de se reunirem e interagirem ao vivo, por amor a cidade que viveram, ou ainda vivem e por reconhecerem, de forma elevada, o valor histórico e cultural dessa identidade comum. Como a marca inédita desse encontro foi a espontaneidade, ocorreu a consequência natural de inúmeras e rápidas adesões, em curto espaço de tempo. E o nosso arquivo virtual e real foi sendo enriquecido por imagens e lembranças, com comentários e reflexões construtivas.

Compartilhar era uma necessidade básica e prazerosa, o retorno aos bons tempos de nossas infâncias, de 20, 30, 40 anos atrás. E, nessa busca, abrimos nossos baús de fotos, revivamos álbuns de formaturas, relembremos os aniversários, os bailes, festas familiares de garagens, dos sítios e das fazendas, apresentações de balé, piano, canto, corridas automobilísticas, incluindo até as inaugurações de espaços públicos

notáveis que são atualmente ícones arquitetônicos da cidade. E, também, as famosas fotos 3x4 de clubes e associações estudantis, as quermesses, os desfiles de sete de setembro, os de missas, as festas beneficentes das igrejas, dos bairros, do Rotary, das Damas de Caridade, etc. Foi uma sintonia maravilhosa possibilitada pela internet.

Para justificar a presença do LMV junto ao Museu Histórico Londrina, remeto às palavras da organizadora do LMV, Hylea Ferraz, que já era membro da Associação dos Amigos do Museu - ASAM: *“O grupo LMV foi criado no início do mês de junho de 2012, à partir de uma idéia que vínhamos compartilhando, desde o final de maio, quando uma foto bem colorida do Centro Comercial e da Concha Acústica, de autoria do fotógrafo Wilson Vieira e por ele postada, foi comentada por vários amigos de infância, com emoção. As boas lembranças foram surgindo, sendo escritas com tanta naturalidade que chamou a atenção de várias pessoas. Nossa amiga Ivone Dias Ayres começou a fazer poesia com nossos comentários e assim fomos nos organizando”*.

Bem, não foi exatamente poesia, mas sim um acendrado espírito lírico e amoroso por Londrina, fez-me ir escrevendo/digitando palavras do coração, lastreadas em aspectos históricos desse passado recente. Isso porque é importante destacar o lugar de um museu na cultura e na educação das pessoas.

Pois bem, atualmente o grupo LMV, tem adicionados no facebook, mais de 2000 pés vermelhos londrinenses - como gostamos de nos caracterizar - nascidos ou não aqui, mas com profundas raízes comuns, independente da residência atual ser em Londrina ou Londres, Holanda, Espanha, USA, etc. Concluindo, penso que o LMV veio para somar por um mundo melhor, à partir de Londrina, nossa linda e carismática “sala de aulas”, junto aos amigos e amigas da Cultura, das Artes, das Ciências, da História, da UEL e do Museu.

Ivone Prado Dias Ayres
Vice-presidente da ASAM
Associação dos Amigos do Museu

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DO ARTIGO

O artigo deverá apresentar as seguintes normas:

1. Inédito;
 - Título;
 - Autor(es) com identificação da instituição a que pertence em nota de rodapé;
 - Resumo – máximo 50 palavras;
 - Palavras-chave - até 6 palavras;
 - Texto não deve ultrapassar 5 laudas (word for windows e fonte Times New Roman, tamanho 12, entre-linhas 1,5 e margem 3,0 cm);
 - Referências bibliográficas seguindo normas da ABNT (contendo somente obras citadas no texto);
 - Deverão ser apresentados em cd e encaminhar 2 cópias impressas fíéis ao suporte eletrônico.

2. Encaminhar carta a direção do Museu autorizando sua publicação.

3. Caso o artigo seja resultado de pesquisa financiada, esta deverá ser mencionada em nota de rodapé.

4. Nome completo do autor(es) e constar nas referências.

5. As fotografias, imagens (quando houver) deverão vir em preto e branco, formato digital jpeg, no mínimo, 300 dpi de resolução, tamanho 10x15 cm, com legendas e com indicação do local a ser inserido no texto e gravadas em cd. As fontes deverão ser devidamente mencionadas e autorizadas, respeitando a legislação em vigor.

6. Contato:
 - Fone: (43) 3323-0082 / bibmuseu@uel.br

EQUIPE TÉCNICA DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

Direção

Profª Drª Regina Célia Alegro

Secretaria

Secretário: Cesar Augusto de Poli

Projeto Aprendiz

Lucas Eduardo Alves

Equipe de Apoio

Auxiliares Operacionais:

Ailton Alves Marcelino

Alex Pereira

Divya Barbosa da Silva

Neiva Lemes Albrecht Batista

Vanessa Andréia Borela Ferreira

Setor de Ação Educativa

Edeni Ramos Vilela

Técnica Administrativa

Setor de Biblioteca e Documentação

Bibliotecárias:

Rosangela Ricieri Haddad

Ruth Hiromi Shigaki Ueda

Setor de Comunicação Social

Jornalista e Assessora de Imprensa: Barbara Daher Belinati

Setor de Imagem e Som

Técnica em Assuntos Universitários: Célia Rodrigues de Oliveira

Técnico em Multimídia: Rui Cabral

Setor de Museologia

Museóloga: Gina Esther Issberner

Técnico em Museologia: Ninger Ovidio Marena

Apoio Técnico: Amauri Ramos da Silva

Estagiários

Amábyle Desirée Chanton do Prado | Amanda Camargo Rocha | Amanda Cristina
Martins do Nascimento | Ana Luiza Coradi | Aryane Kovacs Fernandes | Eurípedes Simões de
Paula Junior | Felipe Augusto Leme de Oliveira | Felipe de Almeida Neto | Fernando Henrique

Magri | Gabriella Gomes Salgado | Gisele da Silva Oliveira | Guilherme Bergamin da Luz

Jaqueline dos Santos | Juliana Souza Belasqui | Kawanni dos Santos Gonçalves

Leonardo Augusto de Lima Silva | Leonardo Rosa Mantovani | Liana Natsumi Miura

Kaneta | Lucas Gabriel da Mata | Luis Henrique Mioto | Marco Vinicius Patrocino

Oswaldo Fiorato Junior | Pedro Henrique Dutra Donega | Priscilla Perrud Silva

Priscila Rosalen Pasetto de Almeida | Raul Cesar Bueno | Taiane Vanessa da Silva

Tamiris Helena Doratiotto Baldo | Thiago Machado Garcia | Vagner Henrique Ferraz

Vanessa Caroline Mauro

Museu Histórico de Londrina

Rua Benjamin Constant, 900 Centro | Londrina-Pr CEP 86010-350

(43)3323-0082 museu@uel.br | www.uel.br/museu

Exposição Povos Indígenas no Norte do Paraná: culturas Kaingang, Guarani e Xetá



Realização:

MUSEU HISTÓRICO
DE LONDRINA
DE CARLOS MARX

Patrocínio:

Curso de Especialização
Patrimônio e História. Uel

Promoção:



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA